

Resenhas**Entre Memória e História: a reconfiguração da independência por Valdei Araujo***Between Memory and History: the reconfiguration of independence by Valdei Araujo*Maria Eduarda Fernandes Dantas¹, UEFS

A presente resenha analisa a obra *A Independência Narrada: Introdução à História da Historiografia no Brasil*, de Valdei Araujo, publicada pela *Editora Proprietas* em 2022, no contexto do bicentenário da Independência. Dirigida a um público acadêmico especializado — sobretudo historiadores, estudantes de graduação e pós-graduação em História, pesquisadores da teoria da história e da história da historiografia —, a obra também interessa a profissionais das áreas de educação preocupados com os usos públicos da história. Longe de se limitar à reconstituição factual do evento de 1822, o livro convida à reflexão sobre os modos pelos quais a Independência foi narrada, disputada e consagrada como matriz simbólica da nação brasileira. Trata-se, portanto, de um trabalho que não apenas apresenta interpretações sobre o passado, mas investiga as condições históricas e epistemológicas que possibilitaram tais interpretações.

Nesse sentido, no bicentenário da emancipação política do Brasil, Araujo entrega ao debate historiográfico uma obra que se distingue por sua sofisticação metodológica e potência interpretativa. Longe de reiterar o gesto celebrativo em torno do 7 de setembro ou de reproduzir protagonistas consagrados, o autor propõe uma abordagem radicalmente distinta: desloca o foco do acontecimento para as formas pelas quais ele foi narrado. Em vez de buscar nas fontes uma essência do evento, o autor interroga os modos pelos quais diferentes agentes históricos — autores, compiladores, leitores e instituições — produziram sentidos para a Independência e, com isso, também para a própria ideia de Brasil. Esse deslocamento não é meramente formal: ele coloca em xeque a estabilidade dos marcos fundacionais da nação e os critérios pelos quais os discursos históricos adquiriram autoridade.

Esse gesto analítico é tanto oportuno quanto necessário. Em um momento em que os usos públicos da história ganham centralidade nas disputas políticas e culturais, o livro reposiciona a escrita da história como prática de poder, linguagem e mediação. Ao reconstituir

¹ Graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Membro da Associação Atlética Acadêmica de História da UEFS e delegada do curso de História no Congresso Estudantil Universitário.

o que denomina de “República das Letras”, Araujo insere o Brasil no circuito transatlântico de produção de conhecimento histórico, revelando como, desde o final do século XVIII, a história da Independência foi moldada por vozes múltiplas, em diferentes línguas, gêneros e suportes. Dessa forma, o livro reconfigura a história da historiografia brasileira ao demonstrar que os discursos sobre a emancipação não apenas narraram o passado, mas também instituíram um regime de historicidade que naturalizou hierarquias, apagou diferenças e produziu uma memória nacional seletiva.

A arquitetura da obra é cuidadosamente pensada para sustentar essa crítica. Na introdução, Araujo propõe uma periodização que rompe com as cronologias convencionais e opera com três momentos fundamentais: a “independência prefigurada” (1808–1821), o “tempo das disputas” (1821–1825) e a “independência domesticada” (1826–1831). Essa estrutura permite compreender como o evento-processo da Independência foi sendo antecipado, disputado e, por fim, estabilizado discursivamente. A partir desse recorte, o autor passa a examinar como a história se tornou uma linguagem política central para a legitimação do novo Estado, ao mesmo tempo em que era campo de debates estéticos, editoriais e epistemológicos.

No primeiro capítulo, intitulado *Modernidade e crise da representação*, Araujo explora o método compilatório como forma de produção histórica moderna, com foco na *Universal History*, publicada na Inglaterra e posteriormente traduzida para o português por Antônio de Moraes Silva. Ao analisar esse empreendimento editorial, o autor evidencia a emergência de uma nova experiência da história, marcada pela fragmentação da autoria, pela ampliação do público leitor e pela circulação de modelos de narrativa histórica globalizados. Trata-se de um momento em que a história deixa de ser monopólio dos eruditos e se torna um produto do mercado editorial, submetida a critérios de legibilidade, entretenimento e autoridade. O capítulo ainda aprofunda a análise do “tacitismo” como linguagem política dominante no início do século XIX, mostrando como autores como José Bonifácio mobilizaram essa tradição retórica para construir uma história do presente marcada pela prudência e pelo desejo de ordem.

A continuidade do argumento se desenvolve no segundo capítulo, *Variabilidade e experiências da história no Brasil joanino*, no qual Araujo mapeia a proliferação de gêneros narrativos entre 1808 e 1821. Nesse período, obras como a *Corografia Brasílica*, de Aires de Casal, e as *Memórias* de Pizarro de Araújo passam a compor um repertório textual que articula a experiência colonial à nova centralidade política do Brasil enquanto sede do

Império. O autor demonstra que esses textos, longe de serem apenas descrições geográficas ou crônicas locais, operam como formas de construção da autoridade e da continuidade histórica, servindo à necessidade de inventariar o território, naturalizar a monarquia e consolidar o Brasil como unidade inteligível. Nesse sentido, o capítulo contribui para desmontar a ideia de que a historiografia oitocentista seria meramente imitativa, revelando sua inserção ativa nos circuitos internacionais de produção do saber.

O terceiro capítulo, *Independência, revolução e escrita da história*, aprofunda essa abordagem ao tratar das transformações estéticas e políticas da narrativa histórica durante o auge do processo de emancipação. Araujo mostra que, entre 1821 e 1825, a escrita da história se torna instrumento de disputa pela legitimidade do novo regime. Panfletos, manifestos, relatos diplomáticos e mesmo dispositivos como panoramas e dioramas são mobilizados para reorganizar a experiência histórica em chave nacional. O destaque à obra de Ferdinand Denis, bem como às produções de autores franceses e ingleses, evidencia como o Brasil se tornou objeto de interesse de uma opinião pública ilustrada europeia. Simultaneamente, a circulação de tais representações operava como reforço simbólico da soberania brasileira. Com isso, a história passa a integrar o repertório de sensibilidade da elite política, funcionando como instrumento de consolidação de uma memória oficial e pedagógica da nação.

O percurso da análise culmina no quarto capítulo, *A história domesticada*, no qual Valdei Araujo investiga a obra monumental de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Encarregado por Pedro I de narrar a história da Independência, Cairu desenvolve um projeto historiográfico que busca integrar o passado colonial ao presente imperial, organizando o Brasil como continuidade civilizatória da monarquia portuguesa. A escrita da *História dos Principais Sucessos Políticos do Império do Brasil (1826–1831)* é interpretada como o esforço de converter a ruptura revolucionária em mito fundador pacificado. Araujo argumenta que esse gesto tem consequências duradouras, pois inaugura uma tradição historiográfica conciliatória, marcada por um vocabulário liberal-conservador que sobrevive até os dias atuais. Ao evidenciar o papel do Estado na produção de narrativas históricas oficiais, o autor desmonta a pretensão de neutralidade da historiografia oitocentista e revela sua função política na domesticação da diferença.

A força da obra reside, portanto, em sua capacidade de articular história intelectual, teoria da história e crítica da cultura em uma análise coerente, empírica e teoricamente sustentada. O gesto de Valdei Araujo é, ao mesmo tempo, historiográfico e político. Ao historicizar a própria historiografia, ele evidencia como a história tem sido mobilizada para

justificar pactos, excluir vozes e fixar identidades. No entanto, ao fazê-lo, também aponta para as brechas e contradições desses projetos narrativos, sugerindo a necessidade de uma escuta mais ampla às formas silenciadas de historicidade. Embora o foco da obra recaia sobre autores letrados e textos impressos, sua reflexão abre espaço para que se pense a relação entre historiografia e outras formas de memória, inclusive aquelas não autorizadas pelo cânone acadêmico.

Portanto, *A Independência Narrada* é uma contribuição indispensável ao campo da história da historiografia e à reflexão crítica sobre a construção do Brasil como nação. Sua leitura interessa não apenas aos especialistas, mas também àqueles comprometidos com uma história pública plural, consciente de seus limites e implicações políticas. Em tempos em que a memória é campo de batalha, a obra de Valdeci Araujo nos oferece uma ferramenta rigorosa para pensar a história não como espelho, mas como encruzilhada: um lugar em que os sentidos se constroem, se confrontam e, por vezes, se desfazem.

Referências

ARAUJO, Valdeci. **A independência narrada**: introdução à história da historiografia no Brasil. 1. ed. Niterói: Editora Proprietas, 2022.